

Aconteceu

Assassino revela: morte de Expedito custou Cr\$ 300 mil

Está preso desde o dia 6 de fevereiro o assassino do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, de Rio Maria (PA). É José Serafim Sales, o "Barreirito", que confessou ter recebido Cr\$ 300 mil pelo crime. (página 6)

Aumento do ano letivo preocupa rede pública de ensino

O aumento do número de dias letivos na rede de ensino, decretado em janeiro pelo governo federal, corre o risco de não sair do papel. Em todo o país os alunos da rede pública começaram o ano em escolas deficitárias. Os professores reclamam dos baixos salários e os municípios temem retaliações. (página 14)

No estado de Alagoas, 29 menores são marcados de morte

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) tem em mãos uma lista de 29 menores marcados para morrer em Alagoas. Em 89, 457 crianças e adolescentes foram assassinados no país. (página 3)

Encarte analisará história da guerra no Golfo Pérsico

A guerra no Golfo acabou. No próximo número leia o encarte especial de *Aconteceu*.

Campanha da CNBB de 91 gera polêmica

A Campanha da Fraternidade de 1991, lançada pela CNBB no dia 14, está gerando polêmica entre empresários e até no episcopado católico. O texto-base da Campanha, sobre o trabalho, despertou atenção por abordar o

direito de greve e de ocupações de terras. Dividido em três partes (Ver, Julgar e Agir), o documento foi chamado de "esquerdizante". Foi defendido por dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB. (página 9)

Douglas Mansur



Apoio à greve encontra resistência entre católicos conservadores

056
1991

Mesmo em crise, Brasil ainda é a 9ª economia do mundo

A crise econômica brasileira não impediu um bom desempenho ao país no cenário internacional. Junto com o aumento da pobreza e da concentração de renda, o Brasil registrou, em 1989, um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 375,146 milhões, contra US\$ 309,948 milhões somados no ano anterior, aparecendo como a nona economia do mundo, segundo o atlas econômico divulgado pelo Banco Mundial. Encabeçando a lista estão os Estados Unidos (US\$ 5,237 bilhões), seguido do Japão (US\$ 2,920 bilhões), Alemanha (US\$ 1,272 bilhão) e França (US\$ 1 bilhão).

Os dados do Banco Mundial referem-se ao ano de 1989, quando o Produto Nacional brasileiro alcançou os US\$ 375,1 bilhões, contra os US\$ 393 bilhões da China, a oita-

va colocada. O PNB norte-americano naquele ano, de US\$ 5,2 trilhões, ainda era quase duas vezes maior que o do seu mais próximo concorrente, o Japão, com US\$ 2,9 trilhões. A Alemanha pré-unificação vinha em terceiro, com US\$ 1,2 trilhão, a França em quarto, com US\$ 1 trilhão, e a Itália confirmava a quinta posição, com US\$ 871,9 bilhões, contra os US\$ 834,1 bilhões da Grã-Bretanha.

A maior renda *per capita* entre os países latino-americanos é a do Uruguai. Com US\$ 7,17, o pequeno país superou os quatro grandes da América Latina: Brasil (US\$ 6,90), Venezuela (US\$ 6,71), Argentina (US\$ 5,91) e México (US\$ 5,45). (*Folha de S. Paulo*, 09/02/91; *Jornal da Tarde*, 09/02/91; *Jornal do Brasil*, 09/02/91)

Collor esquece as promessas da campanha e frustra "descamisados"

Há três milhões de desempregados no País, dos quais cerca de 150 mil acantonados na região metropolitana de São Paulo. Segundo o Dieese, os salários caíram à metade do poder de compra de março de 1990 e, congelados, tenderão a tornar-se ainda mais deprimidos. O salário mínimo, por sua vez, atingiu o menor valor desde sua criação em 1940. Em números redondos, corresponde a 57% do valor que ostentava no mês da posse do presidente.

Não é a única razão para que os trabalhadores se sintam frustrados e descrentes quanto a qualquer resultado prático das iniciativas do governo. Hábil no ritual do marketing político, Collor foi garimpar nos manuais do peronismo ortodoxo a palavra descamisados, cunhada por Evita Perón, acenando com a promessa de criar uma entidade entre seu governo e as massas de trabalhadores. Mas no dia-a-dia tomou caminhos totalmente diversos.

Além de não resolver em nada

os dramas daqueles que seriam os descamisados, uma massa de 16 milhões de trabalhadores que sobrevivem com o salário mínimo, não tem feito outra coisa senão engrossar suas fileiras.

Os levantamentos do Dieese adicionam um dado que contribui para amplificar as tensões: na região metropolitana de São Paulo, 26,8% dos trabalhadores demitidos são chefes de família. É um fenômeno novo. É quase o dobro do percentual de mulheres e crianças demitidas. O contrário da recessão de 1981.

No campo, a temperatura das frustrações e desentendimentos não é menos elevada. Collor, durante a campanha eleitoral, não se cansou de repetir que 4,8 milhões de descamisados rurais só teriam a ganhar com seu governo. Garantiu que todos os meses assentaria algo como 8,3 mil famílias. Não saiu um único assentamento do papel, segundo o Movimento Nacional dos Sem Terra. (*Isto É/ Senhor*, 13/02/91)

Aconteceu

Nº 560

21/02 a 04/03/91

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: 205-5993

Editora
Bernardete Toneto
MTB 14.350

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
João Francisco Esvael

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 1.300,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Congresso reconhece fisiologismo

A imagem do Congresso diante da opinião pública é bastante negativa. E o principal motivo é o fisiologismo, isto é, a velha prática dos parlamentares de trocar o apoio político por benesses e de colocar a defesa de seus interesses à frente da defesa dos interesses públicos. Esta avaliação não é de nenhum inimigo ferrenho do Parlamento brasileiro, mas dos próprios deputados e senadores empossados dia 1º de fevereiro.

Pesquisa feita na semana passada por *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* com 332 dos 584 congressistas revelou que 88,9% deles reconhecem a má imagem do Congresso. E, quando são chamados a opinar sobre as razões deste desprestígio, os

congressistas apontam em primeiro lugar (41%) a prática do fisiologismo. Outro vício reconhecido por deputados e senadores (38,2%) é o pequeno apego ao trabalho e o excesso de faltas às sessões legislativas — o que transformou em rotina a imagem do plenário vazio.

O reconhecimento das deficiências do Congresso não impede que estes mesmos deputados e senadores — em sua grande maioria — defendam o parlamentarismo, sistema em que o governo está mais estreitamente ligado e subordinado ao Legislativo.

O levantamento mostra que, além da Comissão de Moralização da Câmara, também o presidente Fernando Collor enfrentará dificuldades no

Congresso. Embora apenas 22,6% dos parlamentares consultados prometam uma oposição sistemática, um número mais reduzido ainda de deputados e senadores garante o apoio integral ao governo (13,3%). A grande maioria (63,8%) prefere examinar as propostas caso a caso.

Os números da Pesquisa Estado indicam ainda que as possibilidades de entendimento entre governo e Congresso são amplas. A maioria dos congressistas (48,9%) considera regular o desempenho do presidente e de seus auxiliares. No que se refere à política econômica, o Plano Collor tem apoio (59,2%) mas precisa de correções e aperfeiçoamentos. (*O Estado de S. Paulo*, 10/02/91)

Matança de menores é revelada em livro e em CPI da Câmara

Quatrocentos e cinquenta e sete menores foram mortos com violência nas cidades do Rio, São Paulo e Recife em 1989. 63% deles foram assassinados a tiros. Em 206 casos os crimes apresentavam características de execução; 63% das vítimas tinham idade entre 15 e 17 anos.

Esses dados, resultado de pesquisa feita em 1990 pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMR), vão chegar à Europa e Estados Unidos no mês de abril em forma de livro. A versão brasileira, intitulada "Vidas em Risco: Assassinato de Crianças e Adolescentes no Brasil", será lançada este mês em Brasília, em ato público que deverá reunir cerca de 30 entidades de defesa dos direitos humanos no Congresso.

Uma outra lista com nomes de 29 crianças e adolescentes, entre 10 e 18 anos, juradas de morte em Maceió (AL), e uma estatística que prevê o assassinato de mais 420 menores no Rio de Janeiro em 1991, estão nas mãos da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), que pretende dar sequência à luta que começou há dez meses dentro do próprio Congresso, quando solicitou à

Mesa da Câmara a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o extermínio de crianças e adolescentes.

A indústria de extermínio no Brasil já teria chegado ao requinte de promover leilões, nos quais comerciantes interessados em acabar com meninos e meninas de rua e integrantes de grupos de extermínio fazem suas ofertas, segundo entidades de defesa de direitos humanos.

O secretário executivo do Ceap, o pedagogo Ivanir dos Santos, ressalta um dado novo na perseguição a crianças de Alagoas. "Há um número surpreendente de meninas marcadas para morrer nessa lista de Alagoas", constatou. Das 29 crianças e adolescentes, oito são meninas, três das quais encabeçam a lista. E o extermínio no Brasil visa principalmente meninos entre 15 e 17 anos, segundo estimativas da entidade. "Não é só por causa da prostituição que querem matar essas meninas. É por queima de arquivo. Não querem que elas um dia denunciem terem sido vítimas de estupro", disse Ivanir dos Santos. (*Folha de S. Paulo*, 17/02/91; *Jornal do Brasil*, 18/02/91)

Paulo Maluf nega envolvimento e Tuma deporá na CPI de Perus

O ex-governador Paulo Maluf, em depoimento à CPI dos Desaparecidos, responsabilizou o ex-prefeito Faria Lima pelo projeto de construção do cemitério Dom Bosco, em Perus, onde foi descoberta, em setembro do ano passado, uma vala clandestina com 1.049 despojos, vários deles de desaparecidos políticos. Maluf garantiu jamais ter tomado conhecimento das torturas nas dependências do DOI-CODI, quando prefeito de São Paulo — entre 1969 e 1971, auge da repressão militar — e afirmou só ter visto o delegado Sérgio Fleury no dia de seu velório, em abril de 1979.

O secretário da Receita Federal e diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, será intimado a depor na CPI. O seu nome foi ventilado por Maluf que, ao prestar depoimento, sugeriu ter colocado o delegado na direção do Dops como um desafio ao sistema e uma medida para neutralizar a ação da linha dura militar e bloquear as agressões aos direitos humanos. Tuma já teve seu nome citado em vários depoimentos. (*O Estado de S. Paulo*, 08/02/91)

A lucrativa indústria do Rima

Prever as conseqüências do progresso, cinco anos depois do licenciamento de obras ou atividades potencialmente poluidoras estar condicionado à apresentação prévia de Eia-Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), é hoje uma bem sucedida empresa que mobiliza mais de 100 firmas de consultoria de porte médio e milhares de funcionários.

É que os ambientalistas chamam de a "indústria do Rima", citando, como exemplo, o caso da Cervejaria Antártica no Mato Grosso, que foi autorizada a construir uma fábrica poluidora acima do ponto de captação de água que abastece Cuiabá, graças a um Eia-Rima que confundiu os peixes e rios, da bacia amazônica, com os do Pantanal.

A lei — Para os ambientalistas, a legislação que introduziu o Rima é boa, uma cópia brasileira da "Environmental Impact Statement", uma declaração obrigatória de impactos criada em 1969 nos Estados Unidos. O ruim, denuncia Daniel Taubkin, presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Pantanal Alerta Brasil, é o mau uso que se faz dessa legislação: "Os governos estaduais dominam por completo os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, mantendo as entidades não-governamentais em minoria absoluta. Estas acabam per-

dendo sistematicamente para a votação em bloco dos conselheiros governamentais, exceto em casos muito flagrantes, como o da Rodovia do Sol em São Paulo, que teve o seu Rima recusado por iniciativa bem sucedida dos ambientalistas. Mas o número de aberrações aprovadas, como o Rima da Antártica no rio Cuiabá ou da hidrelétrica do Manso, que vai abreviar a agonia desse mesmo rio, extinguindo sua fauna fluvial, é muito mais elevado do que se pode imaginar. O ideal seria termos colegiados tripartites, ou seja, com o mesmo número de conselheiros não-governamentais e da sociedade civil (federações industriais, universidades, sindicatos etc), para pormos um fim à indústria do rima e à manipulação da sociedade civil, que sem poder participar do sistema decisório governamental, atua como coonestadora de decisões e fatos consumados antidemocraticamente".

Os especialistas em Rima, no Brasil, começaram a surgir em cursos patrocinados pela OEA na década de 60, mas somente em 1985 aconteceu o Curso Internacional de Metodologia de Avaliação de Impacto Ambiental, promovido pelo Centro Nacional de Pesquisa e Defesa da Agricultura da Embrapa em Jaguariúna, São Paulo, em convênio com o CNPq. Ministrado pelos professores Larry Canter, da

Universidade de Oklahoma, e Ronald Biss, da Universidade de Aberdeen, o curso formou o primeiro contingente de especialistas, muitos dos quais ainda desempregados: "A maioria das empresas de engenharia criaram suas próprias equipes, apesar da legislação ser clara ao estabelecer que tais estudos e relatórios de impactos devem ser feitos por equipes multidisciplinares que não dependam, direta ou indiretamente, do empreendedor ou interessado na obra — que deve limitar-se a pagar as despesas dos estudos, mesmo que estes terminem por não recomendar a execução do projeto", continua Daniel Taubkin.

Críticas — Outro conselheiro da Fundação, o engenheiro Mauro Antônio Moraes Victor (que presidia a Unidade da empresa em Jaguariúna e organizou o primeiro curso sobre Rima no Brasil), vai mais além: "As autoridades vetam sistematicamente as audiências públicas que deveriam anteceder o julgamento de grandes obras impactantes. E dividem essas últimas em trechos, para facilitar a sua aprovação, perdendo de vista os danos globais que as mesmas devem causar. O famoso jeitinho brasileiro, lastreado na impunidade, transformou a análise e previsão em aprovação incondicional de impactos", finaliza. (*Jornal da Tarde*, 18/02/91)

Madeireiras devastam florestas da Malásia

A destruição das florestas tropicais não é um problema apenas dos latino-americanos. Na ilha de Bornéu, na Malásia, a devastação tem sido tão grande que a água dos rios, enlameada pela erosão dos solos, não pode mais ser bebida. Povos indígenas perdem suas fontes de alimentos e espécies de animais raros, como os famosos orangotangos de Bornéu, encontram-se ameaçados de extinção.

Os responsáveis pela destruição são as empresas madeireiras do Japão e da Malásia. O Japão importa 90% de sua madeira dos estados malaios de Sabah e Sarawak. A cada um quarto dessa madeira retirada de Bor-

néu é transformada em formas para concreto na construção civil, as quais são jogadas fora depois de usadas apenas duas ou três vezes. Um relatório preparado ano passado pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais, formado por 48 nações que comerciam com a madeira das florestas, estima que a região de Sarawak estará devastada em 11 anos. Já os ecologistas acreditam que a destruição total das florestas chegará em cinco anos. Desde 1987, milhares de indígenas de Sarawak fazem protestos contra a destruição do seu habitat. Eles bloqueiam as estradas por onde passam as carretas transportan-

do toras e centenas já foram presos pela polícia. Tu'o, um membro da tribo dos Penan, recebeu recentemente o Prêmio Chico Mendes dado pelo Sierra Club de Washington por seu trabalho em defesa das florestas de Bornéu.

Para os nativos, a única esperança é levar seu problema aos povos do Japão, da Europa e dos Estados Unidos, colocando uma face humana no drama da destruição das florestas tropicais. "Por favor, não comprem madeira de Sarawak ou vocês contribuirão para a morte e o sofrimento em nossa comunidade", pede o porta-voz dos nativos. (*Jornal do Brasil*, 18/02/91)

Relatório detecta degradação na América Latina

O número de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza na América Latina bateu recorde em 1990: 204 milhões. O índice de abandono do ensino de escolas primárias chega a 15% (mais alto do que na África e na Ásia); 44% da força de trabalho está desempregada ou subempregada; 68% das habitações podem ser classificadas como "inadequadas" e 40% dos lares não recebem o mínimo de calorias considerado indispensável. Nunca houve tanta degradação na América Latina.

Esses números sinistros desfilam no relatório "Nossa Própria Agenda", da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, lançado, no dia 18, no simpósio "Avaliação Ambiental na América do Sul: Perspectiva Ambiental para os anos 90". O simpósio foi uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e da Fundação Memorial da América Latina.

A Comissão, instituída em 1989 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), produziu uma sín-

tese rigorosa do desenvolvimento insustentável e regressivo dos latino-americanos. Pobreza e deterioração são "efeitos paralelos e interrelacionados do mesmo processo de desenvolvimento inadequado", afirma o documento.

O objetivo da Agenda, segundo David Atkinson, representante do BID no Brasil, é contribuir para a Conferência da ONU do Meio Ambiente, no Rio, em 1992, no sentido de "gerar a força política e moral para a aplicação de uma agenda ambiental para o próximo século". Atkinson disse que a Agenda é "um documento radical". Efetivamente, reúne e referencia as principais teses reformistas do pensamento ambientalista.

A ONU e o BID, por exemplo, apóiam a criação de um "Serviço Financeiro Ambiental Mundial", que reflita a "dívida ambiental acumulada" dos países desenvolvidos, uma vez que "o progresso dos países industrializados baseou-se na exploração predatória dos recursos naturais" dos não-desenvolvidos. Só os juros da dívida externa latino-americana determinaram, entre 1982 e 1988, "uma transferência líquida de capital

da região para os países credores de US\$ 200 bilhões".

Para criar o fundo, a Agenda sugere: uma multa aos lançadores de gás carbono na atmosfera e um imposto sobre o petróleo que recaia sobre os usuários e alocações voluntárias por parte dos países industrializados. O ex-secretário federal de Meio Ambiente (1974-1986) Paulo Nogueira Neto, membro da comissão, acha que o fundo poderá ser criado na conferência da ONU. Sugere um montante de US\$ 2 bilhões por ano, administrados pelo Banco Mundial e pelo BID. Ambientalistas presentes ao simpósio ouviram com ceticismo: US\$ 2 bilhões é pouco.

A Agenda prega a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, própria, e o abandono de "modelo de crescimento deficiente" que conduziu à estagnação: em 1960, 51% da população latino-americana viviam abaixo da pobreza; em 1970, 40%; em 1980, 35%; em 1990, o índice aumentou para 40%. Mas, agora, o número absoluto de pobres é 50% maior do que em 1960. (Folha de S. Paulo, 19/02/91)

Pandemia de cólera é fruto de saneamento deficiente

Um indicador das péssimas condições de vida e da degradação ambiental na América Latina é a incidência de doenças que se pensava extintas como cólera e hanseníase. A América Latina resistiu incólume durante três décadas à sétima pandemia de cólera da história da humanidade. Pelo Peru, o bacilo penetrou no único continente que ainda não registrava casos nativos dessa pandemia. Até agora ocorreram 14 mil casos e 90 mortes. Mas agora que a cólera chegou à América Latina, a falta de saneamento básico e a miséria da população formam o quadro ideal para o desenvolvimento arrasador da doença. A doença deve entrar no Brasil via o estado do Acre, onde o próprio ministro da Saúde, Alcení Guerra, reconheceu não existirem condições de saúde satisfatórias.

"As áreas sem saneamento são regiões de alto risco para a disseminação da cólera", explica Wagner Costa, diretor do Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Ele atribui a ausência da moléstia na América Latina durante os últimos anos ao ritmo de disseminação do bacilo.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), só em 1989 foram registrados no mundo cerca de 48.403 casos, em 35 países. As estatísticas não incluem os países do Leste europeu e a União Soviética. Sabe-se, porém, que eles não escaparam da pandemia. Em 1990, a URSS já teve pelo menos 69 casos, dos quais 20 eram importados, e a Romênia, 270, número que a coloca como o primeiro país da Europa em vítimas de cólera. A Oceania tam-

bém não aparece nas estatísticas de 1989, mas em 1990 foram registrados no continente 66 casos, quatro deles importados. Os dados de 1990 são provisórios, mas a OMS já tem estimativas de que cerca de 1.700 pessoas morreram de cólera.

Em muitos países a cólera é considerada endêmica: está presente mas o número de vítimas anuais é estável. A doença apresenta esse comportamento na Índia e Indonésia. A disseminação endêmica e epidêmica da cólera, por 35 países do mundo, em quase todos os continentes, lhe confere o caráter de pandemia. De 1983 até o final da década atingiu pelo menos 320 mil pessoas. Enquanto o saneamento não se torna acessível a toda a população, cientistas buscam uma nova vacina contra a cólera. (O Estado de S. Paulo, 17/02/91)

Assassino de Expedito confessa o crime

A polícia de Rio Maria prendeu no dia 6 de fevereiro o executor de Expedito Ribeiro de Souza. José Serafim Sales, peão de 25 anos também conhecido como "Barreirito", após ser identificado por seis testemunhas confessou ter matado o sindicalista.

Mas seus depoimentos têm sido sempre contraditórios. No primeiro interrogatório feito pelo delegado Éder Mauro, do Dops de Belém, o pistoleiro disse ter recebido Cr\$ 300 mil pelo crime. Numa segunda versão, em depoimento prestado no Fórum de Xinguara (PA), Barreirito disse que resolvera eliminar Expedito porque estava sendo perseguido por ele. No último dia 15, já em Belém para onde foi transferido, o pistoleiro mudou novamente seu depoimento. Depois de receber uma visita de 10 minutos do advogado José Barbosa Filho, que trabalha em Xinguara, Barreirito chamou o delegado Éder Mauro e disse que matou Expedito porque o líder sindical o teria contratado para invadir a Fazenda Santa Helena, em Paraopebas — município vizinho a Rio Maria —, e não pagou pelo serviço. O advogado José Barbosa Filho está alegando direito de sigilo para manter em segredo o nome da pessoa que o contratou para defender José Serafim Sales. A partir de agora, o nome de quem contratou o advogado será um elo das investigações para se chegar ao mandante. Outros indícios são os sete fazendeiros e dois políticos da região que o peão citou durante os interrogatórios. Entre eles figuram o prefeito da cidade, Sebastião de Almeida, conhecido como "Tião Aranha"; o irmão do prefeito Nedito Emídio de Almeida e o fazendeiro Nenê Simão, ligados à UDR; o proprietário da fazenda Nazaré, Manoel Avelino; os irmãos Paulo e Fernando Antônio de Oliveira.

Estes nomes foram também citados por Carlos Cabral Pereira, o novo presidente do STR de Rio Maria, como interessados na morte de Expedito. (*Jornal do Brasil*, 06, 15 e 16/02/91, *Folha de S. Paulo*, 8 e 9/02/91, *O Estado de S. Paulo*, 09/02/91)

Comitê Rio Maria quer apurar crimes no Pará

Representantes de diversos partidos, entidades da sociedade civil e trabalhadores reuniram-se em Rio Maria (PA), e criaram o Comitê Rio Maria para cobrar a apuração dos assassinatos provocados por questões de terra naquela região. Foi decidida também a realização do Dia contra a Violência e a Impunidade, em 13 de março, quando a Assembléia Legislativa do Pará se deslocará para Rio Maria. Entidades de direitos humanos do Brasil e do exterior serão convidadas a participar da mobilização. Será promovido um fórum

de denúncia, no qual vão depor vítimas de trabalho escravo e famílias de trabalhadores assassinados. O objetivo é conseguir dessas entidades e dos parlamentares paraenses o compromisso de cobrar das autoridades estaduais e federais a apuração dos crimes decorrentes da luta pela terra. Ainda há em Rio Maria cinco pessoas marcadas para morrer. Trata-se de: Carlos Cabral Pereira, sua mulher Luísa Canuto, Valdério Pereira de Souza, Roberto Neto da Silva e o padre Ricardo Rezen-de. (*Jornal do Brasil*, 06 e 18/02/91)

O assassinato do líder rural Expedito Ribeiro de Souza, em Rio Maria, chama novamente a atenção para a violência e brutalidade dos conflitos de terra que prosseguem em diversas regiões do país; ressalta também que, malgrado toda a publicidade que cercou o caso Chico Mendes, permanece inatacada a explosiva situação fundiária nacional.

Dado o crescente interesse que vem despertando, é possível que o caso de Rio Maria — assim como o seu mais notório antecessor — constitua exceção àquilo que parece ser a regra para crimes no campo: o esquecimento e a impunidade. O envio de uma comissão especial de técnicos e políticos ao local pode, quem sabe, garantir ao menos a seqüência da apuração.

Tão rara é essa mostra de preocupação oficial, porém, que só faz realçar ainda mais o ambiente de faroeste em que vive parcela nada desprezível da população; cumpre generalizar o empenho investigativo hoje exibido, mas que parece se limitar apenas a episódios que ganham destaque internacional. Rompantes policiais esporádicos não bastam para reverter o trágico quadro desenhado pelos conflitos de terra. É preciso, sem dúvida, julgar e punir rigorosamente os responsáveis pelo crime de Rio Maria; igualmente importante e urgente é que o governo comece a se dedicar com seriedade e determinação à busca de uma solução definitiva para o problema fundiário no país.

*Até porque, para um governo cioso quanto à imagem do Brasil no exterior como o do presidente Fernando Collor, o assassinato de Expedito denuncia graves problemas — como indica uma carta assinada pelos diretores de seis das mais importantes organizações ecológicas dos Estados Unidos, dirigida ao próprio presidente e a seu ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Nela, os signatários indicam sua preocupação não só com a preservação da natureza no país, mas questionam o comprometimento do governo com a questão dos direitos humanos. "O assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, bem como o de José Hélio da Silva em Palmares (PE), durante o julgamento dos acusados da morte de Chico Mendes, são apenas duas instâncias do ciclo de violência e impunidade que ameaçam as instituições democráticas do Brasil e o futuro de seu excepcional patrimônio ambiental", afirma a carta. (*Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo*, 08/02/91)*

Sindicalista do Acre é ameaçado de morte

O presidente da Federação Democrática de Trabalhadores Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (AC), José da Silva Pereira, afirma que estava recebendo ameaças de morte desde outubro de 1990, através de intimidações e bilhetes que foram deixados em sua casa e no sindicato. Disse ainda que escapou por sorte de uma emboscada na BR-317 no dia 10 de fevereiro, quando se dirigia com seringueiros e castanheiros ao seringal São Pedro, que fica na reserva extrativista Chico Mendes. O seringueiro comunicou no dia seguinte a tentativa de assassinato ao chefe da Polícia Federal em Brasília, que não quis se identificar à imprensa dizendo apenas que se chamava Daniel.

Pereira, que está substituindo Osmarino Amâncio desde agosto de 1989 no STR de Brasília, acredita que a tentativa de assassinato e as intimidações são obra de pistoleiros contratados por fazendeiros e madeireiros que pressionam para entrar na reserva onde trabalham somente seringueiros e castanheiros, e que estão incomodados com o Sindicato e a Federação dos Trabalhadores Rurais.

O líder seringueiro afirma que está preocupado, mas garante que não deixará de defender a reserva Chico Mendes. Pereira comunicou a tentativa de assassinato às lideranças do PT, CUT e ao Conselho Nacional de Seringueiros.

Nenhum dos órgãos de segurança

no Acre está dando proteção a José Pereira, cujo nome consta de uma lista de seringueiros ameaçados de morte divulgada pelo Conselho dos Povos da Floresta em novembro de 1990.

O diretor da Secretaria de Segurança Pública de Rio Branco (AC), Elimani Soares, disse não ter nenhuma informação sobre o atentado. A Polícia Federal de Brasília não entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública nem com o Departamento da Polícia Federal em Brasília. A segurança do líder seringueiro só seria garantida pela Polícia Federal se houvesse uma ordem direta do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. (Folha de S. Paulo, 09/02/91)

Juiz pede reforço policial no julgamento de Darly

O juiz da 1ª Vara Criminal de Umuarama (PR), Nicola Frascatti, solicitou à Polícia Federal que garanta a segurança do Tribunal do Júri no julgamento do fazendeiro Darly Alves da Silva, no próximo dia 27 de fevereiro. O juiz quer também reforço das polícias Militar e Civil para a cadeia de Umuarama, onde deverá ficar Darly.

O fazendeiro, já condenado pelo assassinato de Chico Mendes, é acusado de ser o mandante do assassinato do corretor de terras Acir Urizzi,

em junho de 1973, morto em uma emboscada no distrito de Vila Alta.

Além de Darly, seu irmão Alvarino Alves da Silva, que está foragido, também é responsabilizado por aquela morte. Os dois são acusados ainda de assassinarem, em 1969, o pai de Acir, Ângelo Urizzi. Após a morte de Acir, a família Alves da Silva — acusada também de praticar outros crimes em Minas Gerais — mudou-se para Xapuri. Segundo Auth, correm informações na cidade de que Alvarino estava na região, escondido

em uma fazenda. O delegado da Polícia Civil de Umuarama, Jorge Cesar Ajus, disse que toda a polícia do noroeste do Paraná "está mobilizada na busca de Alvarino".

Para Ajus, a maior dificuldade para as investigações é que as pessoas têm medo de passar informações à polícia. Ele afirmou que "mesmo hoje, depois de quase 20 anos, existe uma lei do silêncio nos distritos de Vila Alta e Nova Jerusalém, onde os Alves e Silva faziam a lei à sua maneira". (Folha de S. Paulo, 14/02/91)

Morte de sindicalista tem dois indiciados

Os irmãos Romildo e Edinaldo Soares Brandão, conhecidos fornecedores de cana da Zona da Mata de Pernambuco e que já responderam a processos por homicídio, foram apontados pela polícia do estado como responsáveis pelo assassinato de José Hélio da Silva, no dia 13 de dezembro. Edinaldo, famoso pistoleiro na região apelidado de *Tota*, foi reconhecido por José Cícero da Silva, que acompanhava José Hélio, como autor dos disparos. O delegado responsável pelo caso, Fernando de Lima Costa, pediu a decretação

da prisão preventiva ao juiz da comarca de Joaquim Nabuco, Virgílio Carneiro Leão, mas os dois ainda estão soltos.

O delegado Fernando Costa, que ouviu 33 pessoas no inquérito policial concluiu que a causa do assassinato de José Hélio foi uma ação judicial trabalhista movida pelo sindicato de Palmares contra o Engenho Poco, pertencente à Usina 13 de Maio, que há quase 20 anos está arrendado a Romildo Brandão. O sindicato, e sobretudo José Hélio, se empenharam na luta pelo direito dos trabalha-

dores do engenho, orientando uma ação trabalhista coletiva. As instruções para essa decisão foram comunicadas por José Hélio no programa *A voz sindical*, na Rádio Cultural de Palmares, em 10 de dezembro.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva, ficou satisfeito com a conclusão do inquérito, mas demonstrou preocupação com o fato de a prisão preventiva dos dois indiciados não ter sido decretada. (Jornal do Brasil, 19/02/91)

Cristãos unem-se pela paz no Golfo

Cerca de duas mil pessoas lotaram a Catedral da Sé, no centro de São Paulo num ato multirreligioso pela paz no Golfo, realizado no último dia 17.

O cardeal Arns foi um dos quatro concelebrantes do ato, acompanhado pelo reverendo Jaime Wright, presbiteriano, pelo rabino Henry Sobel, em nome do judaísmo, e pelo xeque Abdul Nasser El-Khatib, em nome do islamismo. "Ao Deus de todos os nomes pedimos o fim de todas as guerras", dizia uma das muitas faixas encontradas.

O rabino Sobel, foi o primeiro dos concelebrantes a ler a sua mensagem, a qual causou um incidente. Ao dizer que o presidente iraquiano Saddam Hussein é "um tirano sanguinário", o rabino foi interrompido por dois grupos islâmicos. "Saddam Hussein é o libertador do 3º Mundo", gritava Ali El-Hage, que se identificou posteriormente como presidente da Associação Islâmica de São Miguel, bairro da zona leste de São Paulo.

Terminadas as mensagens, os três concelebrantes deram-se as mãos e ergueram-nas para o alto para pedir pela paz. Em seguida, pela primeira vez em sua história, a Catedral da Sé ouviu a entoação do Alcorão, o texto sagrado para os muçulmanos, saída de uma fita gravada, para introduzir a mensagem do xeque El-Khatib, igualmente centrada na paz.

Nos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs enviou diversos documentos ao presidente

Brasileiros eleitos para o Comitê Central do CMI

O bispo metodista Paulo Ayres Mattos, atual presidente do CEDI, e a reverenda Evanilza Correia, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foram eleitos para o Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em sua 7ª Assembléia encerrada no último dia 20, em Canberra, na Austrália. Leia na próxima edição do *Aconteceu* a cobertura da 7ª Assembléia. (*Folha de S. Paulo*, 21/02/91)

Trechos da mensagem do CLAI

"A paz é um direito inalienável de todos os povos e pessoas da terra, e nenhum país ou organismo internacional tem o direito de privar a humanidade deste dom outorgado por Deus.

"O recurso para preservar a paz não é a guerra, mas a reconciliação. (...) Não basta um mandato das Nações Unidas para instaurar a paz, quando por anos as necessidades e reivindicações dos povos da região vêm sendo ignorados.

"Não se pode estabelecer a paz aplicando medidas cujo resultado produz maiores males que aqueles que a violência gerou. Bem diz a Bíblia que a 'árvore má não produz bons frutos'.

"Nós, como organismo representativo de mais de 120 igrejas evangélicas na América Latina, temos visto e ouvido o clamor de nossos povos, que durante anos vêm sofrendo a guerra, a miséria, o desemprego e a discriminação.

"Todos estes anos vividos em meio a uma guerra não declarada e não reconhecida por muitos que hoje usam as armas, nos movem a pedir e a exigir em nome de Deus da Paz e da Justiça que estas se detenham para dar passagem ao diálogo.

"Jamais existirá paz no Oriente Médio, enquanto não se buscar uma solução para as necessidades e interesses de todos os povos que ali habitam.

Bush e à ONU pedindo a paz no Golfo. "Nossa oposição ao uso da força militar não advém de táticas políticas, mas nasce das raízes profundas de nossa fé cristã", declarou.

Em um comunicado subscrito pelos reverendos Leonid Kishkovsky e James Hamilton, o Conselho de Igrejas fez um chamado aos Estados Unidos para que apóie a convocatória de uma conferência internacional sobre o Oriente Médio, com os auspícios das Nações Unidas. Indicou ainda que sua tarefa como Igreja em tempo de guerra é fundamentalmente pas-

toral. "Buscaremos levar consolo aos feridos e aqueles que perderam seus familiares e pertences". Exortou, ao mesmo tempo, os países envolvidos no conflito para que abram suas fronteiras e dêem asilo e assistência aos desabrigados e as vítimas inocentes da guerra.

O Conselho Latino Americano de Igrejas (Clai) divulgou um documento enviado ao Conselho de Segurança da ONU pedindo a convocatória imediata de uma conferência de Paz sobre o Oriente Médio. (*Folha de S. Paulo*, 18/02/91; *Rápidas*, janeiro/91)

João Paulo 2º intervém na Clar

O papa João Paulo 2º nomeou o vigário apostólico em Ariari, na Colômbia, dom Julio Hector López Hurtado, como delegado pontifício junto à Conferência Latino-Americana dos Religiosos. A nomeação de dom Julio representou uma intervenção na Clar, com o objetivo de suspender sua "ação política", que vinha se pautando pela Teologia da Libertação. (*Jornal do Brasil*, 15/02/91)

Conic e Cese dizem não à pena de morte

A pena de morte "repugna o sentimento religioso cristão do povo brasileiro", diz a mensagem do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) do Brasil e da Coordenadoria Ecológica de Serviço (Cese) enviada ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Em breve será examinada proposta da realização de um plebiscito sobre a pena de morte no país. (Agen, 06/02/91)

Campanha da Fraternidade/91 sobre o trabalho gera polêmica e protestos

"A volta da CNBB: os bispos apóiam greves e invasões de terras"; "Socialismo de batina"; "CNBB defende apoio a greves e ocupações". Com estas manchetes a imprensa brasileira divulgou a Campanha da Fraternidade de 1991 lançada pela CNBB no dia 14 com o tema "Fraternidade e Trabalho", sob o lema "Solidários na Dignidade do Trabalho".

Segundo o padre Inácio Neutzling, assessor de Pastoral Social da CNBB, o objetivo da campanha é despertar a sociedade da apatia na qual ela se encontra diante da "degradação da vida dos trabalhadores". "Estamos nos acostumando a viver com a fome, a miséria e a violência, e precisamos despertar a consciência nacional para reagir a isso", disse Neutzling.

A campanha foi aberta com o lançamento do texto-base, cartazes e um pronunciamento do papa em cadeia de rádio e TV. A Campanha da Fraternidade é realizada desde 1964 durante a Quaresma (da quarta-feira de Cinzas até o domingo de Páscoa) e a cada ano é escolhido um tema abordando problemas do Brasil.

Documento em julgamento — Dividido em três partes — Ver, Julgar e Agir —, o documento da CNBB faz uma avaliação da situação dos trabalhadores no país. Apresenta uma leitura da Bíblia para o trabalho e orienta a atuação das comunidades eclesiais nos movimentos de trabalhadores.

O documento afirma que "o capitalismo, transformando o trabalho em mera mercadoria, torna-o um mero instrumento de produção". Segundo o texto, isso "faz surgir o grande conflito entre o mundo do capital e o mundo do trabalho, ou seja, o conflito entre o grupo restrito, mas muito influente, dos proprietários detentores dos meios de produção e a multidão numerosa dos que se acham privados desses meios".

Nem todos, entretanto, compreendem e incentivam a solidariedade da

Igreja Católica com os trabalhadores. Baseados em alguns trechos isolados do texto-base, "setores conservadores" católicos, a imprensa e até a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo) acusam a CNBB de incentivar greves e ocupações e usar instrumental marxista para reflexão que deveria ser "puramente evangélica".

Dom Boaventura Kloppenburg, bispo de Novo Hamburgo (RS), considerou o texto-base e o manual da Campanha da Fraternidade de 1991 "excessivamente dominados pela ideologia de esquerda". O bispo disse que começou a ler o manual da Campanha da Fraternidade, "mas a partir de certo momento parei, fiquei com raiva".

O presidente da Fiesp, Mario Amato, criticou o texto. "A Igreja não deve incentivar retaliações", disse, referindo-se ao apoio às greves e ocupações. "Deve, sim, agir como conciliadora entre capital e trabalho".

Mario Amato, depois de sublinhar que muitos empresários participam de organizações católicas, lembrou que a atual situação econômica do país exige um esforço de entendimento de todos os setores da sociedade. "A Igreja deve pregar a harmonia e não a cizânia", completou.

"A Igreja reconhece a existência do confronto entre capital e trabalho e ela está do lado do trabalho", disse o padre Neutzling, que participou da preparação da Campanha da Fraternidade deste ano. "A opção pelos pobres faz parte da vocação da Igreja e negar isso seria negar seu princípio fundador", acrescentou.

De acordo com Neutzling, a Igreja não vai dizer aos trabalhadores o que fazer, mas pretende incentivá-los a participar dos movimentos organizados para mudar a atual situação do país.

A defesa é do trabalhador — Em resposta às acusações que a Campanha vem sofrendo, dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB afirmou que a entidade não

estimula a prática de greves e ocupações no documento oficial que lançou as diretrizes da Campanha da Fraternidade deste ano. Para ele, o documento da CNBB está sendo tratado com "parcialidade ao se destacar apenas a questão do operariado e dos sem-terra".

O presidente da CNBB disse que a entidade defende o trabalhador, mas não os atos de violência. "Defendemos a presença da Igreja ao lado do trabalhador, mas não estimulamos a ira, a greve ou a ocupação. A greve é o último recurso do trabalhador na luta pelos seus direitos e, assim, deve ser reconhecida desde que utilizada com prudência", afirmou d. Luciano.

Ele acrescentou que o documento básico da CNBB para a Campanha da Fraternidade deste ano orienta a Igreja Católica a defender os sem-terra na ocupação de terras ociosas.

Segundo o arcebispo, isso não significaria o apoio à invasão de propriedades particulares, mas o auxílio humanitário dos cristãos aos sem-terra. "Se os sem-terra passam fome, enfrentam doenças e outras dificuldades durante a ocupação, é dever do cristão ajudá-lo", afirmou ele.

A Campanha da Fraternidade, de acordo com ele, está dirigida à tentativa de ajudar os trabalhadores a superar o conflito entre patrões e empregados de uma forma organizada. O presidente da CNBB destacou ainda que os trabalhadores precisam assumir o seu papel de força produtiva e também assumir as suas responsabilidades.

"É importante a organização dos trabalhadores. O operário e o lavrador são segmentos importantes. Mas estamos falando a todo o conjunto de trabalhadores. Ao servidor público, por exemplo, que cumpra a legislação vigente ao fazer a greve", disse dom Luciano Mendes, acrescentando que a Igreja também está preocupada com os subempregados e com os desempregados. (Folha de S. Paulo, 14/02/91; 15/02/91; O Estado de S. Paulo, 15/02/91)

Líderes indígenas protestam contra esvaziamento da Funai

Os índios Megaron Txucarramãe, administrador regional do Xingu, e seu vice Mairawê Kaiabi enviaram um telex às lideranças indígenas e às organizações não governamentais de apoio ao índio, protestando contra o loteamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) e pedindo que essas lideranças conversem com suas comunidades e enviem radiograma ou telex ao presidente Fernando Collor de Mello, ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e ao presidente da Funai, Cantídio Guerreiro.

ro, dizendo o que pensam sobre os decretos que tiraram os poderes da Funai.

O documento diz que "esses decretos esvaziam a Funai, deixando com ela só a questão de nossas terras e pondo em perigo até as poucas terras indígenas demarcadas, já que determina que é possível fazer 'revisão' nas terras demarcadas. Apesar da Constituição assegurar o nosso direito de educação diferenciada, com alfabetização bilingüe, o decreto sobre educação diz que os municípios

vão se encarregar de nossas escolas quando sabemos que grande parte dos brancos não é nem alfabetizada. E a Funai, não sendo mais responsável pela saúde, vamos morrer nas filas dos hospitais públicos como os brancos pobres".

E conclui: "Nós sabemos que a única solução é o governo fortalecer e dar recursos para o órgão responsável pela política indígena, para que ele cuide de terras, saúde, educação, meio ambiente e atividades produtivas". (CEDI, 08/02/91)

Comissão quer fim do arrendamento das terras dos Guató

Uma comissão da superintendência da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Cuiabá terminou uma investigação sobre os remanescentes dos índios Guató no estado do Mato Grosso do Sul, e quer que o Exército brasileiro deixe de arrendar a ilha Bela Vista do Norte ao fazendeiro Carlos Pessoa. Para a comissão essa é a única forma de se tentar minimizar o risco de extinção dos Guató.

A comissão passou vários dias fazendo um levantamento numérico e das condições de vida dos Guató, índios canoeiros que habitam o Pantanal. Eles foram considerados extintos por 40 anos, até 1977, quando uma expedição do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) localizou um grupo na ilha Bela Vista do Norte, área de segurança nacional na fronteira do Brasil com a Bolívia.

A família do fazendeiro Pessoa arrenda os 12 mil hectares da ilha Bela Vista do Norte há mais de 50 anos e expulsou a maioria dos índios da área, restando hoje 64 Guató. Só o fim do arrendamento trará de volta os índios expulsos de suas terras. O relatório da comissão será entregue ao presidente da Funai, Cantídio Guerreiro. (Folha de S. Paulo, 15/02/91)

Para Funai, superpopulação é causa de suicídios

A principal causa dos suicídios entre os índios Guarani-Kaiowá da reserva de Dourados (MS) é a superpopulação da área, que provoca nos índios a sensação de estarem "tolhidos e comprimidos em pequenos espaços".

O trabalho foi realizado pelo funcionário da Funai Cornélio de Oliveira e pela psicóloga Maria Aparecida Pereira. Os relatórios dos estudos foram entregues ao presidente do órgão, Cantídio Guerreiro.

A Funai encomendou novos estudos sobre os suicídios a um grupo de pesquisadores formado por antropólogos, psicólogos e médicos do governo do Mato Grosso do Sul. (Folha de S. Paulo, 12/02/91)

Jovem Guarani-Kaiowá se suicida na área Piraquá

Um índio Guarani-Kaiowá de 14 anos se enforcou e sua namorada tentou o suicídio no dia 10 de fevereiro, depois que circulou na reserva de Piraquá, em Bela Vista (sul do Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai) a notícia de que o fazendeiro Libero Monteiro de Lima, havia ganho na Justiça a posse dos 2,4 mil hectares da aldeia.

A Funai só divulgou esse suicídio, além de outras seis tentativas frustradas na região, na primeira quinzena de fevereiro. Além disso, anunciou que recorreu da sentença do juiz Calixto Bastos, de Campo Grande, que dá posse da aldeia ao fazendeiro no Tribunal Regional Federal, com sede na cidade de São Paulo.

O fazendeiro Libero Monteiro é acusado de ser o mandante do assassinato do líder político dos Kaiowá, Marçal de Souza, morto com tiros em uma tocaia armada por jagunços em 1981.

A área em litígio segundo Monteiro pertence à fazenda Serra Brava, com 4.210 hectares, herdada de seu pai, que a comprou há mais de 40 anos. Para Hélio de Paulo, delegado regional da Funai, a história é diferente. "Temos provas de que os 2,4 mil hectares da fazenda são terrenos imemoriáveis dos Kaiowá, o que, pela Constituição, significa que a posse é indígena", disse. O suicídio do jovem Kaiowá foi o quarto registrado na reserva nos últimos 14 meses. (Folha de S. Paulo, 17/02/91)

Aumentam garimpos em território Yanomami no AM

Um surto epidêmico de malária entre os índios Yanomami já começa a se evidenciar na região do alto Demini (rios Tootobi e Balaú), no Amazonas. Em dezembro passado, dos exames para verificação de malária realizados em 450 índios daquela área, 35% tiveram um diagnóstico positivo.

Essa informação consta de um relatório do assessor antropológico e intérprete da equipe do "Projeto de Saúde Demini", Bruce Albert, da Universidade de Brasília, que permaneceu um mês na área do Tootobi, juntamente com o pessoal do projeto que foi idealizado por Davi Yanomami e administrado pela CCPY.

Baseado nas informações dos índios que vivem na região, o relatório

mapeia as quatro áreas invadidas pelos garimpeiros na bacia do alto Demini, que ficam nos altos Mapulaú, Tootobi e Demini (Balaú), na Serra Urucuzeiro e no alto Taraú, na Serra Gurupira. Essa região, antes livre de invasores, hoje sofre a poluição das cabeceiras de seus rios. A malária já se instala epidemicamente através do aumento do garimpo na área.

O relatório conclui que a equipe de saúde encontrou a existência de um processo relativamente recente de expansão do garimpo roraimense no Amazonas, a partir de bases do alto Catrimani, em Roraima.

"É provável que esses movimentos na região das serras Urucuzeiro e Gurupira configurem uma reação

e adaptação do garimpo às pressões sofridas em Roraima durante 1990, na forma de uma abertura de novos espaços no Amazonas, fora do âmbito da vigilância da Funai, Polícia Federal e Ministério Público e da Guarda Nacional venezuelana. Se esta hipótese for verificada, este processo poderá ampliar-se rapidamente, a ponto de escapar novamente ao controle dos poderes públicos, sem infraestrutura na área. Na região do alto Demini, povoada por aproximadamente 1.400 Yanomami (24 aldeias), ainda muito isolados, isso levaria à reprodução da tragédia ocorrida na área do alto Parima e Mucajá, em Roraima, de 1988 a 1990", diz o autor em seu relatório. (CEDI, 20/02/91)

Funai e Diocese de Roraima acertam atendimento de índios

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Cantídio Guimarães e o bispo de Roraima dom Aldo Mongiano acertaram participação conjunta do órgão federal e da diocese daquele estado na assistência à saúde dos índios das áreas Makuxi e Wapixana. Segundo Cantídio, a iniciativa se insere na nova filosofia de atuação da Funai, que busca arregimentar todos os segmentos de governo e da sociedade civil que possam dar sua colaboração na questão indígena.

De acordo com os entendimentos mantidos entre dom Aldo e Cantídio Guimarães serão abertos postos de saúde nas áreas dos Makuxi e Wapixana, visando o atendimento primário dos casos de malária, hepatite, diarreia e desidratação, entre outras doenças. Essa atividade será desenvolvida pelas irmãs enfermeiras da diocese com colaboração dos índios devidamente assistidos e orientados por médicos da Funai, que também oferecerá apoio aéreo às missões, medicamentos e pessoal técnico especializado. (Correio Braziliense, 16/02/91)

Manifesto é entregue em Londres

Três índios norte-americanos da tribo Navajo entregaram no dia 7 de fevereiro ao embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Paulo Tarso Flecha de Lima, uma petição do movimento internacional Survival International para a demarcação imediata das terras dos índios Yanomami no Brasil. O documento reuniu 105 mil assinaturas.

A entrega da petição foi feita abaixo de uma tempestade de neve na frente da embaixada do Brasil em Londres. A solenidade marcou o

primeiro aniversário das vigílias semanais realizadas pela entidade em frente à embaixada.

Os Navajos estão em Londres para protestar contra os projetos de mineração da empresa britânica Hanson em suas terras.

O embaixador brasileiro recebeu os índios e prometeu a eles e ao presidente da Survival International, Robin Hanbury-Tenison, encaminhar a petição ao presidente Fernando Collor de Mello. (Folha de S. Paulo, 08/02/91)

Índios Krenak reivindicam devolução de terra em MG

Uma comissão de doze índios Krenak foi a Belo Horizonte no dia 18 de fevereiro, para reivindicar à equipe de transição do governador eleito de Minas Gerais, Hélio Garcia, a devolução de 4 mil hectares de terra, localizados no município de Resplendor, Vale do Rio Doce, e denunciar a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas) de distribuir títulos de propriedade dentro

do território Krenak. Liderados por Ailton Krenak, coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), os índios ouviram do cientista político Luís Aureliano Gama de Andrade, responsável pela área de desenvolvimento social da equipe de transição, a promessa do futuro governo de "fazer o que for possível" para desocupar a reserva indígena e entregá-la aos Krenak. (Correio Braziliense, 19/01/91)

Eleições sindicais agitam a CUT

Quando tiver início, em setembro desse ano, o 4º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (4º CONCURT), várias eleições em sindicatos cutistas importantes já terão se realizado. Seus resultados, geralmente demarcados pela acirrada disputa entre as tendências, influenciarão em grande medida a correlação de forças interna à central, definindo assim a composição da executiva e da direção nacionais da entidade.

Dois pleitos centrais desse período eleitoral já se realizaram: nos bancários de São Paulo e nos metalúrgicos de Santo André. Nelas a CUT se apresentou dividida e o resultado em ambas foi capitalizado pela Articulação (embora, nos bancários, também ela estivesse fracionada).

Entretanto, outros embates, não menos importantes, virão. No Sindicato dos Químicos de São Paulo, as eleições (marcadas para junho) repetirão a diferenciação das eleições passadas: de um lado a Articulação e de outro a CUT Pela Base. Já entre os Químicos do ABC as eleições, ao que indicam as declarações dadas à imprensa pelo seu atual presidente, apresentarão uma chapa única da CUT.

Um sindicato estratégico para a CUT também será submetido à votação de seus filiados: trata-se do Sindicato de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo, que representa 140 mil condutores e cobradores da capital. Ao que parece, assediada por uma chapa de oposição, apoiada por Medeiros, a CUT sairá com chapa única.

Uma bateria de eleições renovará as diretorias dos sindicatos dos bancários do Rio de Janeiro, Londrina (PR), Espírito Santo, Bauru (SP), Ceará, Paraíba e Araguari (MG). Destas, uma das mais importantes é a que decidirá a nova direção sindical dos bancários do Rio pois, apresentando-se cindida, a CUT será diretamente atingida pelo seu resultado: a chapa de oposição está disposta a retirar a Convergência Socialista do comando do sindicato. A disputa, evidentemente, será bastante polarizada.

Entre os metalúrgicos, eleições agitarão a vida dos sindicatos de Taubaté (SP), Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e Vitória (ES). Em Taubaté, apesar da CUT ser oposição, prossegue o embate entre Articulação e Convergência.

Como se vê, a representação de categorias importantes, que coloca em jogo a escolha de delegados para o 4º Concut e o controle de expressivos recursos, permitirá alterações no perfil político da central.

A grande imprensa e mesmo a imprensa sindical insistem em afirmar que o grande debate é a reedição da histórica encruzilhada do movimento operário: "revolução" ou "social democracia". A par deste debate ideológico, questões inadiáveis necessitam resposta: qual o papel dos sindicatos diante de sucessivas políticas econômicas que levaram o país a uma década perdida nos anos 80 e a uma queda de 4% do PIB em 1990, ou seja, como interferir positivamente na condução da economia? Uma outra é qual posição adotar diante do acelerado processo de mudanças na ordem econômica mundial que está afetando o Brasil? Por fim, destaca-se ainda a discussão sobre as lutas por salários, visto que planos econômicos têm reconhecidamente jogado os sindicatos na defensiva ao fazê-los correr atrás do prejuízo imposto à classe trabalhadora. (Antonio Luigi Negro, PMO/CEDI)

Os metalúrgicos e a gestão da produção

Através de seu jornal *Tribuna Metalúrgica* (4/12/90), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a Comissão de Fábrica da Volkswagen do Brasil alertam para uma sensível redução da mão-de-obra na maior fábrica do ABC paulista, com o processo de mudanças iniciado depois da união da Volks com a Ford.. A indústria, que já empregou 45 mil trabalhadores e opera hoje com 26 mil, aponta a tendência de uma redução até 15 mil operários.

No entender do sindicato e da comissão, o que está em jogo não é somente a introdução de novas tecnologias (robôs, computadores, máquinas automatizadas) e de novas formas de gerência da mão-de-obra, tal como os Círculos de Controle

de Qualidade. Trata-se acima de tudo de um novo modo de gerir a produção.

O sindicato e a comissão reclamam que a empresa não negocia as seguintes reivindicações: melhoria salarial, manutenção das cláusulas sociais já conquistadas e não cumpridas e a segurança de não haver demissões. Levantando a necessidade dos trabalhadores intervirem nesse processo para garantir seus empregos e direitos, é pleiteado também o retreinamento da mão-de-obra e nova formação profissional para reciclar os operários dos setores atingidos pela automação industrial.

No artigo da *Tribuna Metalúrgica* explica-se que esse processo de mudanças na gestão da produção tem

levado à redução do custo dos carros, ao rebaixamento salarial, à desvalorização profissional e à intensificação do ritmo de trabalho, ao passo que o preço dos veículos sobe acima da inflação e a produtividade aumenta a partir das sugestões extraídas do saber dos operários, através dos Círculos de Controle de Qualidade.

Desse modo, o contrato coletivo é advogado como urgente e necessário para se democratizar e modernizar as relações de trabalho, fortalecer a organização dos trabalhadores, garantir direitos e conquistar outros mais, aliando a luta por melhores salários ao controle pelos trabalhadores da gestão da produção e da política industrial. (Antonio Luigi Negro, PMO/CEDI)

CUT mobiliza trabalhadores para campanhas nacionais

Estão no ar duas campanhas da CUT: uma, é a frente da sociedade civil contra a recessão econômica e o arrocho salarial provocados pelo Plano Collor; outra, é a Campanha Nacional de Sindicalização, promovida pela entidade para filiar 1 milhão de trabalhadores nos sindicatos ligados à central.

Apoiada em uma bem armada estratégia de propaganda, a campanha de sindicalização tem como símbolo uma abelha, "um bicho que produz muito e se defende em conjunto", anuncia o presidente da entidade, Jair Meneguelli. Diante do propalado fim do imposto sindical, a campanha visa fortalecer a representatividade dos sindicatos cutistas. (PMO/CEDI)

Desemprego na indústria é recorde

A indústria paulista demitiu 68.772 trabalhadores em janeiro, número recorde em toda série de pesquisa de emprego da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) desde 1980. O volume de dispensas somente no mês de janeiro supera o registrado pela indústria em todo o ano de 1982, por exemplo, ano em que o Produto Interno Bruto (PIB) do país teve um pequeno crescimento, de 0,7%.

Segundo Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, diretor do Departamento de Documentação, Estatística, Cadastro e Informações Industriais da Fiesp, as dispensas de janeiro representam: 45% dos cortes feitos em todo o ano de 1983, quando o PIB encolheu 3,4%; o dobro do verificado em 1988, ano em que o PIB não registrou crescimento; e 34% dos cortes de pessoal em todo o ano de 1990, quando o PIB caiu 4%. Nos últimos doze meses, a contar da primeira semana de fevereiro, as demissões já atingiram 284.490 funcionários da indústria. Segundo o diretor da Fiesp, a indústria paulista tem hoje um quadro de trabalhadores 56% inferior ao necessário para acompanhar, por exemplo, o crescimento da população do Estado desde 1980. (Folha de S. Paulo, 19/02/91)



**UMA ABELHA SÓ
NÃO FAZ
PRESSÃO**

CUT

VÁ VOANDO SE SINDICALIZAR

Ford e Wolks Anunciam demissões

Os funcionários da Ford e da Wolks, em São Bernardo do Campo, iniciaram, na tarde do dia 18 de fevereiro, uma paralisação contra as 3.550 demissões anunciadas pela Autolatina, controladora das duas montadoras. No total, a empresa vai demitir 5.110 trabalhadores das sete unidades espalhadas pelo país — o equivalente a 9,5% do quadro atual de 54 mil empregados. A lista está para ser publicada. Com as demissões voluntárias, o número de dispensados pela Autolatina chegará a 8.111, sendo 5.490 só nas duas fábricas do ABC. Na Autolatina Caminhões, no Ipiranga,

em São Paulo, os 2.950 empregados ficarão em licença remunerada entre 21 de fevereiro e 25 de março.

As demissões foram anunciadas pelo gerente de Recursos Humanos da Autolatina, Domício dos Santos Júnior, durante reunião no sindicato. Em São Bernardo, serão demitidos 1.750 funcionários da Ford e 1.800 da Wolks. O sindicato tentou, sem êxito, propor à empresa a redução da jornada para 40 horas semanais, ou menos, como forma de diminuir a produção sem mexer nos salários e no nível de emprego. (Diário do Grande ABC, 19/02/91)

União registra casos de leucopenia

A Secretaria Municipal de Saúde de Santo André constatou em fiscalização a ocorrência de seis casos de leucopenia (redução de glóbulos brancos no sangue) por contaminação por benzeno na Petroquímica União (PqU), de Mauá, que emprega 1,3 mil trabalhadores. O Sindicato dos Químicos do Grande ABC, que solicitou a fiscalização, acredita que existam mais casos. O diretor do Sindicato dos Químicos, Remígio Todeschini, lembrou que vêm sendo registrados vários casos de leucopenia nos pólos

petroquímicos de todo o país. "Na Copene, do Polo de Camaçari (BA), foram confirmados em janeiro 136 casos da doença entre os 1,6 mil trabalhadores", disse.

O Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) vem reivindicando do Ministério do Trabalho desde 1983 que o índice de tolerância de benzeno no ambiente seja reduzido de 8 ppm (partes por milhão) para 1 ppm. (Diário do Grande ABC, 09/02/91)

Banco Mundial e BID reprovam plano de alfabetização

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) recebeu críticas dos representantes do Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) durante sua apresentação ontem pelo Ministério da Educação aos organismos internacionais. Na reunião, a primeira preparatória para o Encontro Internacional sobre Alfabetização que será realizado de 3 a 5 de maio, a representante do Bird, Alcyone Saliba, disse que o programa é muito abrangente e que, diante da escassez de recursos, seria necessário definir prioridades. Ela sugeriu que o plano abrangesse apenas as metas de alfabetização e universalização do ensino básico e não mais o ensino especial e pré-escola.

O representante do BID, Herman Acero, criticou a falta de um sistema eficaz de avaliação e acompanhamento dos recursos a serem aplicados no setor. Ele disse que depois desse encontro faria um relatório para ser submetido à comissão dos programas de financiamento do banco, encarregada da liberação de recursos.

As críticas têm um peso significativo para o sucesso do programa de alfabetização, já que o MEC está na dependência desses recursos. Segundo o ministro Chiarelli, ainda está tramitando no Bird um pedido de US\$ 300 milhões para ser aplicado no ensino básico. Além desse montante, o

Atitude dos bancos era esperada

Para Adolfo Homma, representante do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (Geta) na Comissão Nacional do PNAC, a atitude dos representantes do Bird e do BID era esperada.

"A falta de um plano consistente e acabado visando à erradicação do analfabetismo no Brasil" diz Homma, "é um fato reconhecido inclusive pelo próprio MEC, na medida em que seu discurso sempre foi no sentido de demonstrar que o referido plano será produzido com a participação da sociedade". E esse processo ainda está em curso, devendo desembarcar numa Conferência Nacional de Alfabetização e Cidadania, com o objetivo de estabelecer um plano de ação para a década de 1990.

Segundo Adolfo Homma, a comissão do PNAC tentou alertar o ministério para que adiasse esse

evento internacional e o realizasse somente após o nacional, prevenindo inclusive esse comportamento do Bird e do BID. Entretanto, a representante do MEC, Ledja Austriano, secretária nacional de Educação Básica do ministério, afirmou que esse evento já estava confirmado e não poderia ser adiado.

Lembrando que o analfabetismo no Brasil está diretamente vinculado à dívida externa, "na medida em que ela também sufoca o desenvolvimento econômico do país", Adolfo Homma considera que "o Brasil deveria insistir, de forma organizada com outros países devedores internacionais, para conseguir recursos a fundo perdido (a partir da conversão de parte da dívida), e não contrair mais dívidas". Essa foi, aliás, a recomendação feita pelo Encontro de Quito (Equador, 1989), do qual o Brasil participou. (CEDI, 20/02/91)

MEC pretende encaminhar a esses bancos um novo pedido de financiamento especialmente para o programa de alfabetização.

Chiarelli disse que o orçamento do MEC este ano, de Cr\$ 53 bilhões,

representa o maior volume de recursos que o ministério já recebeu, mas ele reconhece que esse dinheiro não será suficiente para executar todas as metas do plano. (Jornal do Brasil, 19/02/91)

O que é o PNAC

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania foi lançado pelo presidente Collor em setembro do ano passado, com a pretensão de reduzir em 70% o número de analfabetos nos próximos cinco anos, estabelecendo a meta de alfabetizar 17 milhões até 1995. O PNAC previa um processo de diagnóstico e formulação de políticas "de baixo para cima", com assembleias municipais, estaduais e nacional, durante o qual seriam elei-

tas comissões nos três níveis. A Comissão Nacional do PNAC foi criada em novembro passado, com a participação de representantes de órgãos de governos, de organizações da sociedade civil (como o Geta) e de "personalidades de notório conhecimento". Uma grande parte dos estados está estruturando comissões estaduais, sendo que as assembleias municipais não se verificaram no nível esperado. (CEDI, 20/02/91)

Entrada prematura no mercado de trabalho aumenta analfabetismo

A CNBB divulgou dia 12 em Manaus o texto-base da Campanha da Fraternidade-91 com o tema "Fraternidade e Trabalho". Segundo o documento, 23,9 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos trabalham no país. O documento afirma que a entrada prematura no mercado de trabalho faz com que 28,6% da população economicamente ativa do Brasil sejam analfabetos. (Folha de S. Paulo, 13/02/91)

São Paulo não cumpre período mínimo

As escolas estaduais de São Paulo iniciaram dia 14 de fevereiro o ano letivo sem saber se terão pela frente 180 ou 200 dias de aula. A falta de estrutura da rede pública é o principal motivo alegado pela Secretaria Estadual de Educação para não acatar imediatamente o aumento do número de dias letivos, decretado em janeiro pelo governo federal. Nos últimos anos, os problemas estruturais impediram que mesmo a exigência de 180 dias fosse cumprida. Legalmente, todos os dias são registrados, mas na realidade várias interrupções, provocadas por greves e falta de professores, impedem que os alunos da rede estadual recebam a carga mínima de aulas.

Em dezembro de 1989, por exemplo, por causa de uma greve de 79 dias dos professores da rede estadual, cerca de 100 mil alunos do último

Pais criticam rede estadual paulista

O Movimento Pró-Educação, formado por pais de alunos de escolas estaduais, entregou dia 18, na Secretaria do Estado da Educação, um documento apontando problemas na rede de ensino. Segundo a presidenta do movimento, Elisa Tonetto, 43, o documento é um protesto contra declarações do secretário de que a rede pública começa o ano sem nenhum problema. Os pais de alunos não foram recebidos pelo secretário Carlos Estevam Martins nem por seus assessores.

O documento traz depoimentos de pais de alunos de 35 escolas de todo o estado apontando os principais problemas encontrados. Segundo Elisa, a maior parte das escolas pesquisadas não têm completos os quadros de professores e funcionários, serve merenda ruim e têm falta de carteiras.

A presidenta do Pró-Educação afirmou que os pais de alunos são os "grandes culpados porque vêm as escolas caindo aos pedaços, diretores que não administram bem, e não fazem nada", afirmou. (*Folha de S. Paulo*, 19/01/91)

Município prevê retaliação

A Secretaria Municipal de Educação iniciou o ano letivo com uma programação de 180 dias. "Vamos manter esse calendário. Espero que o MEC não faça retaliações", afirmou o secretário em exercício, Mário Sérgio Cortella. O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, afirmou que não vai repassar verbas do salário-edu-

cação para quem não cumprir os 200 dias.

Segundo Cortella, qualquer retaliação vai impedir que o município tenha auto-suficiência. "Pedimos um empréstimo para construir 50 escolas". Segundo ele, a opção por 180 dias foi "pedagógica". (*Folha de S. Paulo*, 19/02/91)

ano do 2º grau foram aprovados por um decreto do governo. O Conselho Estadual de Educação alegou, na época, que os alunos não teriam tempo para a reposição de aulas e não poderiam ser impedidos de frequentar um curso superior. A diretora do Sin-

dicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) Eneide Moreira de Lima considera decisões desse tipo "um precedente gravíssimo". "É uma forma lamentável de atender à legislação", diz. (*O Estado de S. Paulo*, 15/02/91)

Greve ameaça início das aulas no RJ

Os professores do estado do Rio de Janeiro prometem só entrar nas salas de aula quando receberem a segunda parcela do 13º salário, o abono das férias de janeiro e os vencimentos de fevereiro, adiando o início do ano letivo dos 600 mil alunos da rede pública estadual. Segundo a presidenta do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe), Florinda Lombardi, o governador Moreira Franco pode e deve resolver a situação dos professores, apesar de estar a um mês de entregar o cargo.

"Mais de 4 mil professores estagiários só receberam os salários até dezembro, mas temem aderir ao movimento e não serem efetivados no estado. O governador deve regularizar a situação desses profissionais, divulgar o calendário de pagamento dos professores e pagar nossos atrasados. Não estamos pedindo reposições salariais, embora o piso do professor esteja em Cr\$ 28 mil, mas apenas para receber o que nos é devido", disse Florinda Lombardi. (*O Globo*, 18/01/91)

Na Bahia, 720 mil ficam sem aulas

Mais de 720 mil alunos da rede estadual de ensino da Bahia ficaram sem aulas dia 18, início do ano letivo. Das 4.500 escolas da rede no estado, 1.800 não têm condições de funcionamento. A informação é da Secretaria de Educação, e foi publicada no *Diário Oficial* em janeiro.

O presidente da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB), Luiz Gavazza, acusa o governo do estado de omissão. Segun-

do ele, a precariedade da rede foi denunciada desde o ano passado, quando cerca de 60% dos 1,8 milhão de alunos do estado não concluíram os 180 dias do calendário escolar. Alguns dos grandes colégios do estado cancelaram o ano letivo — ato reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação. Das 2.700 escolas que não funcionaram adequadamente no ano passado, apenas 900 foram recuperadas. (*Folha de S. Paulo*, 19/01/91)

Medidas anti-apartheid na África do Sul recebem apoio

O governo americano e a Comunidade Econômica Européia (CEE) aplaudiram a decisão do presidente sul-africano Frederik de Klerk de eliminar os últimos vestígios da segregação racial no país — as leis de áreas residenciais separadas, de propriedade da terra e de identificação da população por raças.

De Klerk anunciou as novas medidas em meio à revolta da bancada do Partido Conservador (39 deputados) que se retiraram do Parlamento — dividido em três Câmaras, de representantes brancos, mestiços e asiáticos — aos gritos de “traidor”.

“A anulação destas últimas leis discriminatórias nos levará ao fim de uma era, uma era que tratou a realidade da diversidade de raças por meio da força, da repressão e da coação, justificou o presidente sul-africano, reagindo com total indiferença aos protestos.

Para Margareth Tutwiller, a porta-voz do Departamento de Estado, só a remoção dos três últimos pilares do apartheid não basta. “A conciliação entre os sul-africanos exige também a libertação de todos os presos sem culpa formada”, destacou.

Nas principais cidades sul-africanas, milhares de negros saíram às ruas para pedir o fim do apartheid — a política oficial de segregação —, a dissolução do parlamento de três câmaras e a formação de um governo multirracial. As manifestações foram acompanhadas de uma greve geral. (*O Estado de S. Paulo*, 03/02/91)

Governo promete anistia

O governo da África do Sul e o Congresso Nacional Africano (CNA), maior organização negra do país, anunciaram no dia 6 simultaneamente um acordo para pôr fim à luta armada clandestina do CNA, em troca da anistia a presos políticos e exilados negros, como primeiro passo para o diálogo acerca da transição do regime de minoria branca para uma democracia multirracial.

“Obstáculos para o desenvolvimento futuro do processo foram removidos”, garantiu De Klerk, referindo-se às negociações para uma nova Constituição. O governo e o CNA já haviam firmado em agosto um acordo pelo qual a organização negra abria mão da

guerrilha em troca da anistia a seus militantes. Mas a anistia aos cerca de 40 mil exilados e 3 mil presos políticos (pelos números do CNA) não veio. O documento de agosto determinava o fim da luta armada — conduzida pelo CNA há três décadas — e “atividades relacionadas”, sem maiores detalhes.

O acordo proíbe partidos políticos de manter “exércitos privados”. O documento reconhece o direito a “protestos pacíficos” e prevê a “cooperação”, por parte do governo, na investigação de “agressões” das forças de segurança contra membros do CNA. (*O Estado de S. Paulo*, 16/2/91)

Reunificação da Alemanha acirra problemas psíquicos

A passagem para o capitalismo quase enlouqueceu a ex-Alemanha Oriental. Os psiquiatras chamam o fenômeno de choque psíquico, mas a verdade é que ele está levando um número cada vez maior de alemães para o hospital e fazendo subir de maneira preocupante o número de suicídios.

Logo após a reunificação, havia certa euforia, causada pelo fim do so-

cialismo real e pela própria reunificação. Essa euforia foi dando lugar à depressão, acentuada pelo desemprego em massa, que atingiu 2,6 milhões de pessoas. Dificuldades financeiras, incerteza quanto ao futuro, crise de identidade e perda de perspectiva na sociedade são os principais sintomas que agora atingem os alemães orientais. (*Folha de S. Paulo*, 03/03/91)

Aconteceu

CEEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

FORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL